

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Intelectuais orgânicos e teologia da libertação na américa latina.

Claudemiro Godoy do Nascimento.

Cita:

Claudemiro Godoy do Nascimento (2009). *Intelectuais orgânicos e teologia da libertação na américa latina*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1707>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/Mnm>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Intelectuais orgânicos e teologia da libertação na américa latina¹

Claudemiro Godoy do Nascimento²

Introdução

Queremos neste artigo propor uma reflexão crítica e histórica sobre os intelectuais na perspectiva gramsciana que se fizeram (ou ainda fazem) presentes no interior de uma instituição conservadora, a saber: a Igreja Católica.

Os intelectuais orgânicos da Igreja ligados à Teologia da Libertação na América Latina assumiram um posicionamento apontado pela filósofa Marilena Chauí.

¹ Trabalho apresentado como requisito final à Disciplina de “*Sociologia dos Intelectuais Brasileiros*” sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Mariza Veloso Motta Santos (SOL/UnB).

² Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Goiás – UCG. Graduado em Teologia pelo Instituto de Teologia Santa Úrsula com Especialização em Ciências da Religião pela UCG. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília – UnB. Professor Assistente I da Universidade Federal do Tocantins – UFT – Campus de Arraias. E-mail: claugnas@uft.edu.br

*A fala pública e a ação pública dos intelectuais, justamente porque balizadas pela afirmação da autonomia, assumem dois traços principais: a defesa de **causas universais**, isto é, distantes dos interesses particulares e a transgressão com referência à ordem vigente.* (CHAUÍ, 2006: p. 20).

Assim, dividiremos nossa reflexão em dois momentos, a saber: no primeiro momento abordamos especificamente o “*intelectual orgânico*” em Gramsci. E, no segundo momento, queremos identificar a práxis dos intelectuais “*orgânicos*” adeptos à Teologia da Libertação que deram uma nova face às atividades da Igreja Católica no Brasil e na América Latina.

Intelectuais “orgânicos” em Gramsci

Os apontamentos acerca dos intelectuais “**orgânicos**” na visão do filósofo italiano Antonio Gramsci tem como pressuposto sua influência na tradição epistemológica marxista que se fundamenta na busca pelo bem comum e pela construção de uma sociedade mais justa, solidária e emancipatória.

Há pouco tempo atrás a dimensão política foi relegada ao esquecimento, principalmente com as intervenções realizadas pelas teorias funcionalistas e economicistas. No entanto, Gramsci se insere numa posição contrária, pois busca reafirmar a dimensão política como fenômeno cujo horizonte é a democracia direta e participativa. Neste sentido, Gramsci percebe as fragilidades da ação política da esquerda que se confrontava, em seu tempo histórico, com as políticas totalitárias do fascismo. Gramsci redescobre a política como ponto central de uma discussão social colocada à margem pelos grupos hegemônicos que detinham o monopólio do capital.

O teórico marxista Antônio Gramsci entendia que cada grupo social organizado, no mundo da produção econômica, possui em seus quadros intelectuais orgânicos que se consideram autônomos e independentes da classe dominante. Estes grupos sociais criam e recriam para si, “*organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político*” (GRAMSCI, 2001: p. 15). Trata-se de intelectuais orgânicos “*especialistas*” que representam o continuísmo histórico para as classes dominantes e que se encontram como mentores do projeto de um determinado grupo social.

Para Gramsci existem dois grandes planos superestruturais, a saber: a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil são aquelas organizações ligadas à iniciativa privada. Gramsci retira o termo sociedade civil de Marx que usava a expressão “**sociedade burguesa**”. A sociedade política

são os grupos que exercem a hegemonia e o domínio “direto”, ou seja, o comando do poder numa sociedade por meio do Estado ou governo jurídico. Daí a função do intelectual orgânico ser realmente importante para compor o arcabouço do poder para a classe dominante.

Gramsci também classifica os intelectuais orgânicos a partir de dois tipos: intelectuais do tipo urbano e intelectuais do tipo rural. Os que se enquadram no tipo urbano possuem uma profunda ligação com o setor industrial e são aqueles técnicos encarregados de fazer funcionar e crescer a produção, sendo que estes não possuem nenhuma função política sobre a sociedade. Já os intelectuais do tipo rural são tradicionais em contato com a realidade rural, com a administração estatal e exercem uma função sócio-política na sociedade.

Contudo, os intelectuais “orgânicos” não se fizeram presente somente no partido ou na militância política. Setores da Igreja Católica tidos como progressistas assumiram posturas gramscianas que identificamos como sendo “*orgânicos*”, pois se preocuparam com a causa de um sociedade diferente. Neste sentido, os adeptos da teologia da libertação se colocaram numa posição gramsciana de intelectuais orgânicos. Mas, como perceber ideais marxistas em cristãos? Não parece uma incoerência ou contradição? Evidentemente que sim, principalmente, se pensarmos na ortodoxia católica com sua moral medieval. No entanto, após a década de 60, teólogos, agentes de pastoral e militantes cristãos assumiram a vivência de novos valores como passamos a destacar agora, o que consideramos um fermento, ao menos, elementos do intelectual “*orgânico*” de Gramsci pedagogicamente inserido nas práticas cristãs na América Latina e no Brasil.

Os intelectuais “orgânicos” na Teologia da Libertação

Pensar a atuação da Igreja no século XX significa apontar caminhos distintos que estabelecem novas ações a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) que inicia um processo que poderia ter transformado a relação entre a religião e a comunidade dos homens. Contudo, houve avanços, desde a preocupação com a humanidade e com a situação sócio-econômica dos povos até mesmo nas formas de superação da miséria e da pobreza no mundo. Daí a importância da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* para a promoção de uma teologia mais aberta ao mundo e ao homem e sua história. A GS (1) afirma: “*As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo*” (GS, 1997: p. 539-540).

A Igreja da América Latina, preocupada com as transformações do mundo e o avanço da lógica capitalista afirmam-se enquanto promotora da luta contra o mundo subumano e se destaca pela

afirmação da categoria “*libertação*” durante a Conferência de Medellín (2004) realizada em 1968. O encontro de Medellín suscitou preocupações com o contexto latino-americano onde se destacam: a organização dos trabalhadores em associações e sindicatos, a transformação da realidade camponesa e as tensões entre classes sociais. A educação teve uma reflexão peculiar levando-se em consideração o contexto latino-americano e se abordou pela primeira vez a importância da “*educação libertadora*” como resposta as necessidades dos homens e mulheres que se encontram nos porões da vida. Além da educação, outras preocupações foram abordadas, tais como: juventude, pastoral das massas, pobreza da Igreja e realidade latino-americana, meios de comunicação social e toda forma de escravidão. Para a Conferência de Medellín a escravidão significa o pecado existente no contexto latino-americano que se evidencia pela fome, pela miséria, pela opressão e por toda forma de ignorância o que determina as formas de injustiça social encontradas nas realidades dos países da América Latina. Na verdade, há uma inversão teológica em Medellín, da teologia do desenvolvimento e da promoção à teologia e pastoral da libertação o que determina a aproximação entre Igreja e sociedade civil, entre a teologia da libertação e os movimentos sociais e populares.

Em 1979, com a realização da Conferência de Puebla (2004) as preocupações de Medellín são mantidas e ampliadas. A Igreja na América Latina assume definitivamente um compromisso com os mais pobres do continente e se propõe a compartilhar suas angústias inserindo-se no meio popular a partir de uma pastoral orgânica, engajada e libertadora. Puebla apresenta novas dimensões que são importantes para que a teologia da libertação se afirme no cenário latino-americano a partir da identificação do rosto de Cristo com o sofrimento do povo, com as crianças, com os pobres, com a juventude, com os povos indígenas, com os camponeses, com os operários, com os subempregados e desempregados, com os marginalizados, com os idosos, com as mulheres etc. É o clamor de justiça que se levanta a partir das vozes proféticas que surgem nos lugares mais longínquos no Brasil e nos países da América Latina. Portanto, profecia e libertação se unem numa perspectiva dialógica. A categoria “*libertação*” ganha centralidade na Conferência de Puebla (482).

Em 1992, a Conferência de Santo Domingo retoma a preocupação com a promoção humana e uma nova evangelização diante dos 500 anos de massacre e de história. Trata-se de um momento de refluxo da Teologia da Libertação na América Latina e no Brasil devido ao avanço de movimentos conservadores no interior da Igreja. Mesmo com os refluxos eclesiais, a promoção humana não se esquivou de seu papel profético e destacou a importância dos direitos humanos, da ecologia, da terra, da situação de pobreza e de solidariedade, do trabalho, da mobilidade humana, da ordem democrática, de uma nova ordem econômica e da integração latino-americana. Não deixou de destacar o rosto sofrido dos povos latino-americanos, assim descrito:

O axioma “**a religião como ópio do povo**” deve um período de declínio na América Latina, em especial, com o surgimento e o fortalecimento da corrente cristã denominada de “*Teologia da Libertação*”. Nos anos 80, a experiência sandinista na Nicarágua³ provou que os cristãos pobres e camponeses estão sendo liderados para realizar o que Gramsci denomina de “**contra-hegemonia**”. No entanto, as condições históricas da experiência sandinista não contavam com as intervenções norte-americanas nos países latino-americanos durante o Governo Ronald Reagan que impedia que setores progressistas, socialismo e teologia da libertação, fossem vitoriosos em suas pretensões. Para se alcançar este objetivo houve literalmente uma união entre socialistas e cristãos camponeses e indígenas. Os padres e agentes de pastoral tornaram-se “*intelectuais orgânicos*” desse movimento revolucionário. Evidentemente que o Vaticano se colocava contrário às ações de seus padres libertadores, mas o que se faz necessário dizer é que estes foram os alvos desse movimento de libertação na Nicarágua. É a Igreja local que se colocava em defesa da grande maioria campesina e indígena.

Portanto, a Teologia da Libertação e as práticas transformadoras das comunidades cristãs latino-americanas seguem esta posição clara e firme contrária ao capitalismo conforme nos aponta Francisco de Oliveira (2006).

A dimensão libertadora e “orgânica” da teologia nos movimentos sociais

A teologia da libertação possui uma vasta produção teórica que dispensa comentários. Os protagonistas foram os teólogos Leonardo Boff (1998) e o peruano Gustavo Gutiérrez (2000). A questão fundamental da teologia da libertação perpassa pelo seguinte questionamento: Como ser cristão num mundo de miseráveis? Como ser cristão num mundo de excluídos? Como ser cristão num mundo de explorados? Com isso, a dimensão libertadora baseada na “*iracúndia*” que significa indignação revela a face pela qual a prática pastoral dos agentes deveria seguir. Segundo Boff e Boff (2001: p. 14) “*por detrás da Teologia da Libertação existe a opção profética e solidária com a vida, a causa e as lutas destes milhões de humilhados e ofendidos em vista da superação desta iniquidade histórico-social*”.

A opção preferencial pelos pobres se destaca neste cenário de dialogia entre a teologia da libertação com os movimentos sociais e populares na América Latina. A opção pelos pobres não significa tornar-se pobre com os pobres e mantê-los na condição de miserabilidade, pelo contrário, significa tornar-se solidário com seu sofrimento e lutar social, política e culturalmente para sair desta condição e tornar-se pessoa humana com direitos plenos que lhe são negados pela lógica liberal-

³ Como se trata de história dominada, quase não se ouve mais se falar da experiência da Frente Sandinista de Libertação Nacional nos anos 80 que conseguiu chegar ao poder, mesmo com as fortes ameaças dos Estados Unidos.

burguesa e capitalista. A busca pela libertação e pela saída da condição de escravo do sistema de exploração permite aos oprimidos do sistema um novo olhar sobre o mundo e a vida.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi o grande fermento na massa para compor a dimensão evangelizadora da Igreja com a educação política junto aos movimentos sociais e populares. Sem dúvida, as CEBs e as pastorais sociais possibilitaram a formação de novos atores sociais para atuar junto aos movimentos sociais, bem como a instituição de uma nova cultura política na sociedade. Abaixo, podemos destacar a relação dialógica entre teologia da libertação, CEBs e pastoral popular e orgânica com os movimentos sociais urbanos e rurais a partir das considerações elaboradas por Gohn (2007 e 2000) sobre a teoria dos movimentos sociais.

Há um processo político que identifica a teologia da libertação com as classes dominadas e exploradas da sociedade. Com isso, conseqüentemente, há um processo de rompimento com as classes dominantes e as elites que historicamente tiveram o *status quo* de poder e parceria com a Igreja. A Igreja se inseriu nos movimentos populares a partir de dois níveis de articulação, o que para Gramsci seria: sociedade civil e sociedade política conforme destaca Pablo Richard.

Considerações Finais

Sabemos que a partir da década de 90, a teologia da libertação sofreu um refluxo considerável enquanto matriz epistemológica da pastoral popular na Igreja latino-americana. Contudo, os movimentos sociais na atualidade conseguem carregar elementos da teologia da libertação em suas práticas cotidianas. Segundo Gohn (2007: p. 36) “*esse novo cenário gerou a necessidade de articulações, e a maioria dos movimentos, rurais ou urbanos, passou a atuar em redes e a construir agendas anuais de congressos e manifestações públicas, como o Grito dos Excluídos, por exemplo*”.

Não temos dúvida que a teologia da libertação representou uma esperança no cenário de constituição dos direitos de cidadania. Sua preocupação fundamental é a vida do ser humano, em especial, os excluídos da sociedade. Trata-se de entender que a teologia da libertação realiza a “*compaixão*”, ou seja, com-paixão, com – os pobres – a paixão, o *pathos*. O pobre é entendido neste contexto como ator social, como sujeito e como fenômeno social de uma sociedade desequilibrada e injusta. Por isso, a teologia da libertação anunciou um rompimento também com toda forma de assistencialismo, mesmo no interior da própria Igreja que historicamente é conhecida por suas práticas caritativas, bem como o rompimento com toda forma de reformismo.

A pergunta é: Ainda é possível viver a teologia da libertação? As respostas são muitas, mas considerando as realidades históricas que se apresentam pode-se dizer que sim, principalmente, se construir e se pensar numa nova teologia da libertação sem o monopólio da Igreja Católica. Uma nova

teologia da libertação que não se esqueça dos princípios e métodos, mas que adote a sociedade enquanto espaço de construção de uma práxis que conscientiza, conscientizando-se a partir das realidades humanas que se encontram na exclusão, na opressão, na desumanização e na exploração. Assim, diria que vivemos já uma nova fase da teologia da libertação que se apresenta não mais nas Igrejas, mas, sobretudo, nas ONGs, nos movimentos populares e sociais, nos grupos de direitos humanos, em algumas universidades, nas associações e cooperativas etc. São nestes espaços que se encontra a nova teologia da libertação sendo vivida nesta era de globalização.

O desafio da teologia da libertação é o de sustentar uma vida social diferente pautando-se no projeto de vida oferecido pelas tradições religiosas e não mais por uma única Tradição religiosa, a cristã. Sustentar a vida social na participação de todos (as) nas decisões locais e globais, na busca pela igualdade na diversidade, no respeito às diferenças e na comunhão entre as subjetividades humanas. Mas, alguns poderão questionar com toda a razão: Então a Teologia da Libertação baseada nas CEBs, nos movimentos populares, na Igreja dos pobres acabou? Não e Sim. Não, porque deixou de ser monopólio de uma única tradição religiosa e passou a ser pensada e vivida em outras esferas da sociedade e em outras tradições religiosas outrora excluídas. Sim, porque a própria Igreja que apoiou tanto a formação de CEBs, dos movimentos populares e a luta em defesa da dignidade dos pobres retorna a cada dia ao seu projeto subjetivo de globalização, a saber: a *crístandade*.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CELAM. *Documento de Medellín*. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. *Documento de Puebla*. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. *Documento de Santo Domingo*. São Paulo: Paulus, 2004.
- CHAUI, Marilena. *Intelectual engajado: uma figura em extinção?* In.: NOVAES, Adauto (org.). *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DOCUMENTOS DO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo de hoje*. São Paulo: Paulinas: 1997.
- FREI BETTO. *Cristianismo e Marxismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 38ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais, políticas públicas e educação*. In.: JEZINE, Edineide e ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. *Educação e Movimentos Sociais: novos olhares*. Campinas: Alínea, 2007.
- _____. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

- _____ . *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____ . *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais do campo*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MAESTRI, Mário e CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, C. G. *A teoria crítica de Gramsci nas pedagogias alternativas de educação do campo*. Brasília: Revista Linhas Críticas, vol. 13, nº. 25, jul-dez, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. *No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil*. NOVAES, Adauto (org.). *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PAULO VI. *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997.
- PIOTTE, Jean-Marc. *O pensamento político de Gramsci*. Porto: Afrontamento, 1975.
- RICHARD, Pablo. *A Igreja latino-americana: entre o temor e a esperança*. São Paulo: Paulinas, 1982.

- SILVA, Franklin Leopoldo e. *O Imperativo Ético de Sartre*. In.: NOVAES, Adauto (org.). *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- WANDERLEY, Luís Eduardo. *Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos*. In.: VV.AA. *A Igreja que surge da base*. São Paulo: Paulinas, 1980.